

A dívida e a Federação

O nome é Pacto Nacional. Quer dizer: os governadores influem sobre as bancadas de seus estados para que votem o Fundo Social de Emergência, as reformas do Estado, da Previdência e a Tributária; em troca, o ministro Malan terá instruções para resolver, caso por caso, o problema da dívida dos estados para com a União.

Esta é uma proposta explícita de toma-lá-dá-cá, inspirada em São Francisco e elaborada pelo Robertão? Claro que não. O presidente da República é o eminente professor social-democrata Fernando Henrique Cardoso, e não um filhote da ditadura qualquer, como costumava dizer um político gaúcho.

Todos os governadores, além de alguns prefeitos de capitais, estão quebrados. Segundo opinião unânime, a matemática do caos tem três componentes principais: os funcionários privilegiados, ativos e, sobretudo, inativos, que invocam direitos adquiridos para ganhar mais que os governadores e o presidente da República. Os recordistas são dois coronéis PM do Espírito Santo, que ganham 45 mil por mês. Os aumentos autoconcedidos pelo Judiciário e Assembleias Legislativas. No Piauí, o funcionalismo do Executivo teve um aumento de 35%, os do Judiciário, de 96% e os da Assembleia de 125%. A responsabilidade maior, no entanto, é atribuída à diretoria do Banco Central, que jogou a taxa de juros na estratosfera. Um dos argumentos que os governadores usam para demonstrar essa afirmação é a arrecadação do ICMS, sua principal fonte de recursos. Apesar da recessão, as diferenças entre o ICMS arrecadado em janeiro e em junho, são insignificantes. Em alguns estados, como São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, os recursos do ICMS até cresceram um pouco, indicando um maior esforço de fiscalização e cobrança.

Os governadores refutam a acusação de empreguismo. São Paulo cortou 40 mil funcionários da sua folha. Os outros estados, se não reduziram o funcionalismo, também não contrataram ninguém. As folhas de pagamento crescem porque cresce mensalmente a despesa com os inativos. O Brasil é o único país do mundo que paga mais aos funcionários aposentados que aos que trabalham.

A austeridade administrativa dos atuais governadores é atestada até pelos seus adversários políticos. O deputado Pinheiro Landim, (PMDB-CE) diz que o seu Ceará granjeara a fama de se ter ajustado financeiramente ao longo dos dois últimos governos e está sem dinheiro até para oferecer a contrapartida nacional aos recursos externos já colocados à sua disposição por organismos internacionais.

O presidente Fernando Henrique não vê a situação com os mesmos olhos. Acha que a destruição da governabilidade estadual nada tem a ver com uma política que, no Brasil, remunera o capital com juros três vezes maiores que no Chile ou na Argentina e dez vezes maiores que nos Estados Unidos. Diz que os estados pagam apenas 6,5% de juros ao ano ao Banco Central.

Ter um presidente de exportação tem vantagens e desvantagens. A desvantagem é que ele pode sofrer o jet lag depois de uma viagem brilhante, como a que fez à Europa. Quando deu a cifra de 6,5% deveria estar pensando nos landers alemães. Nos brasileiros é que não podia ser. Segundo os últimos dados do Banco Central, correspondentes a julho, São Paulo devia 9,87 bilhões em janeiro e deve hoje 12,49 bilhões; Minas virou o ano devendo 4,63 bilhões, que estavam em julho em 5,88 bilhões; o Rio Grande passou de 3,45 para 4,37 e o Rio de Janeiro pulou de 3,16 para 3,98 bilhões, para ficarmos só nas quatro maiores dívidas. Cadê os 6,5%?

Os governadores estavam azedos ao sair do Planalto. Serem obrigados a tratar, um por um, com o ministro Malan não lhes parecia uma visão do paraíso. No Senado, onde alguns se reuniram com as suas bancadas, corria um gráfico publicado na "Veja", mostrando ter a dívida interna saltado de 45,1 bilhões em janeiro para 92,3 bilhões em agosto. Para que privatizar, perguntava o senador Renan Calheiros, presidente da Comissão de Orçamento, se uma Vale do Rio Doce paga só um mês de juros e uma Petrobrás paga dois meses?

Os governadores desejam ajudar na reforma administrativa e são a favor de outras propostas de Fernando Henrique. O clima de terremoto de Lisboa é que não ajuda a reconstrução do que se destruiu.